



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681205 - SP (2021/0225332-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : GABRIELA GABRIEL
ADVOGADO : GABRIELA GABRIEL - SP239066
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBSON MAURICIO SANTOS SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBSON MAURICIO SANTOS SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0006298-57.2021.8.26.0071).

Consta dos autos que o paciente se encontra preso em regime semiaberto no CPP de Bauru (SP).

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, que determinou a realização do exame criminológico. Eis a ementa do mencionado acórdão (fl. 9):

Agravado em Execução Penal - Pedido de progressão ao regime aberto – Insurgência quanto à realização do exame criminológico - Art. 112 da LEP, alterado pela Lei nº 10.792/03 - Prescindibilidade do exame - Realização, contudo, que fica ao prudente critério do Juiz da Execução - Decisão que não merece reforma, porquanto fundamentada - Recurso desprovido.

Alega, em síntese, que possui lapso de tempo suficiente para progressão ao regime aberto, bem como ao livramento condicional, tendo em vista que não foi condenado a nenhum crime hediondo, somente crimes comuns.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que o paciente seja dispensado de realizar o exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente